

Q U A N G E T O

D E U S

L U C I T A N O

J O S E

M A N U E L

G A R C I A

IN HISTÓRIA, Nº 76 - LISBOA)

COTA	319
NUCLEO PATRIMÓNIO	
REGISTO	
BIBLIOTeca MUNICIPAL DE VISE	

Quangeio deus lusitano

José Manuel Garcia



O conhecimento das divindades indígenas da antiga Lusitânia vai-se ampliando constantemente com novas descobertas, que, por vezes, atingem um destaque particular. Encontra-se neste caso a revelação de um novo deus lusitano denominado *Quangeio*. Este teómeno, que até agora se podia considerar praticamente desconhecido, parece-nos de difícil, senão mesmo de impossível, explicação etimológica a partir dos dados das línguas indo-europeias (1). Com efeito, não tendo conseguido encontrar qualquer traço de paralelismo entre tal nome e outros vocábulos identificados, somos levados a admitir estar perante um deus cuja origem poderá remontar a uma fase anterior às migrações indo-europeias. A não ser esta a realidade dos factos teremos de admitir estar perante um estrato muito arcaico e individualizado de alguns desses grupos de invasores da primeira metade do primeiro milénio a.C.

Nada se podendo avançar no domínio das etimologias, já o mesmo não acontece quanto ao relevo desta divindade. A importância do deus *Quangeio* deve ter sido muito considerável tendo em conta a existência de três ou quatro testemunhos distribuídos por várias regiões da Lusitânia central. O destaque que tal divindade terá assumido poderá ainda ser reforçado se admitirmos a possibilidade de que nos pareça muito plausível, de ele ter sido assimilado sincréticamente com o deus máximo dos romanos — *Júpiter*.

Neste estudo iremos primeiro tratar os

testemunhos que identificamos como relativos ao culto do deus indígena e depois relacioná-lo com o deus romano através de algumas questões relacionadas com as consagrações de Júpiter que encobrem, com elevado grau de probabilidade, realidades religiosas anteriores.

Ara de Malpartida de Plasência

Em 1964 foi dada a conhecer (2) uma

José Manuel Garcia — Investigador

(in HISTÓRIA, nº 76 - Lisboa)

ara em granito de grão fino com $73 \times 28 \times 26$ (3) encontrada em Malpartida de Plasência. Tinha as molduras superiores deterioradas, as letras rústicas gravadas com profundidade e os A sem travessão.

A proposta de leitura do texto da inscrição que foi depois divulgado por José Vives (4) e Ricardo Hurtado de San António (5) é a seguinte:

*MEARVS/ MEIDUENI/ Filius) V(otum)
Solutus) D(OVANCEIO/ A(nimo) L(ibens)*

O teómeno para estes autores era sem reservas *Dovanceio*, o qual também foi admitido por José María Blázquez (6) e Maria de Lourdes Albertos (7). No entanto, e tendo em conta o teor das duas inscrições que apresentamos de seguida, julgamos absolutamente necessária a revisão da interpretação da epígrafe anterior, ainda que não tenhamos podido observar pessoalmente a peça em questão. A leitura do texto que apresentamos é a seguinte:

*MEARUS/ MEIDUENI/ Filius) V(otum)
Solutus) D(eo)/ QUANCEIO/ A(nimo)
L(ibens)*

Na linha 3 o desdobramento D(eo) tem muitos paralelos sendo de destacar o facto de na inscrição que apresentamos a seguir também *Quangeio* ser precedido da palavra *DEO*. O próprio teor da linha 3 constituída por abreviaturas (FVS) aconselharia para o equilíbrio da composição a junção de uma quarta, o D, em vez do nome *DEO* por extenso. Este dado, sem ser decisivo, é mais um elemento da análise do texto que converge com os factos atrás referidos e que nos parecem ser conclusivos ao serem alinhados com a observação da linha seguinte.

Na primeira letra da linha 4 houve certamente dificuldade de leitura que levou facilmente à confusão com um O. Mas mesmo que essa letra esteja afectada, as letras seguintes: *VANCEIO* não nos permitem outra solução que não seja a segura identificação do deus *Quangeio* cuja clareza é evidente na terceira inscrição encontrada em Salavessa. É de notar que também uma deficiente interpretação da primeira letra do teómeno de segunda inscrição não permitiu a sua correcta identificação. Quanto à oscilação entre o C (se ele está bem lido na inscrição)

e o G, pode-se considerar um facto vulgar nas línguas antigas.

Ara de Penamacor

Em 1984 foi publicada (8) outra ara em granito de grão médio com $74 \times 36 \times 24$ (campo epigráfico $50,5 \times 33/34$) que estava aproveitada numa das colunas do apendre da capela da Senhora do Bom Sucesso, concelho de Penamacor. Actualmente encontra-se num anexo do Museu Municipal de Penamacor.

O campo epigráfico encontra-se bastante deteriorado, mas a leitura é viável tendo sido feita por Patrício Curado:

*CATURO/ TUREIV (sic) (filius) DEO/
DVANGEIO/ V(otum) Solutus)*

Em observação da ara que fizemos em 3 de Outubro de 1984, podemos reconhecer a correcção da leitura nos seus traços principais mas parece-nos que na linha 2 a letra que existia depois do I devia ser restituída como F pois o V que efectivamente ali se parece ler deve resultar ou de uma muito deficiente gravação ou de forte pancada que afectou o sentido da letra. Na verdade a palavra *TUREIV* parece não fazer sentido já que o genitivo do nome conhecido é *TUREI*.

A primeira letra da linha 3 de que se conservam apenas alguns traços curvilineos é um Q e não um D como supõe Curado, influenciado pela leitura da primeira inscrição e não conhecendo o texto da terceira onde o Q é evidente. Atendendo ao que se disse julgamos que a leitura da inscrição deve ser lida da seguinte forma:

*CATURO/ TUREI Filius) DEO/ QUAN-
GEIO/ V(otum) Solutus)*

Ara de Salavessa

A ara que apresentámos em terceiro lugar foi descoberta em 1975 por Francisco Henriques e João Canas, mas não foi ainda alvo de estudo (9).

Quando foi localizada encontrava-se no pátio da casa do senhor João Louro, onde

quais consagradas a *Jovi Repulsori* (mais à frente retomadas) na herda de Pero Galego no sítio da fonte da Feia a cerca de 4,5 quilómetros para sueste de Salavessa. Não quer isto dizer que se deva inferir ser esta a proveniência da inscrição de Salavessa, ainda que tal probabilidade seja plausível, atendendo a que não se trata de um distância muito grande.

A ara de Salavessa é em granito de grão grosso e de cor castanho clara, encontrando-se muito bem conservada. Não tem fóculo e o seu capitel é absolutamente liso na parte superior, apresentando apenas dois toros laterais. Formalmente é semelhante às restantes aras do nordeste alentejano.

Tem as seguintes dimensões: 39,6 x 25 x 29. O fuste mede 21 de largura e 19 de espessura. O campo epigráfico tem 24 x 21.

Dimensões das letras:

1.1: *LUPUS* = 3; *LAN* = 3,7

1.2: *CI* = 3; *Q* = 2,8; *VAN* = 3,5

1.3: *G* = 3; *E* = 2,8; *I* = 2,7;

O = 3; *TAN* = 3,5

1.4: *N* = 3; *G* = 3,5; *O* = 3,1

1.5: *VS* = 5

As letras são todas gravadas com grande clareza e a bastante profundidade, facto que permite uma leitura segura do texto, cuja única dificuldade poderia residir na interpretação dos abundantes nexos que apresenta. Ainda assim pensamos que ela não coloca dúvidas. Na inscrição lê-se o seguinte:
LUPUS LAN/CI (filius) QUAN/GE/O TAN/NGO/ V(atum). S/oluit)

Observemos algumas questões relativas aos nexos:

Linha 1 — Os nexos *VP* e *LAN*, são fáceis de verificar, sendo de destacar que o *N* do nexo se encontra inclinado como o da linha 4 e corresponde aos *N* dos nexos das linhas 2 e 3.

Linha 2 — O nexo *VAN* também não coloca problemas. Chamamos a atenção para a clareza da gravação do *Q*.

Linha 3 — O nexo *TAN* é o único que poderia eventualmente merecer um p

Ara consagrada ao deus lusitano Quangeio Tanngō, encontrada em Salavessa

se guarda, na parte norte da povoação de Salavessa, situada a cerca de dois quilómetros para sul do rio Tejo, numa região montanhosa e de difícil acesso, pertencente à freguesia de Montalvão (concelho de Nisa). Neste momento ainda não foi possível apurar com rigor o local exacto da proveniência da ara, pois o seu proprietário apenas sabia que ela fora retirada das estruturas de um edifício já existente antes da construção da sua habitação. Se não foi encontrada no âmbito da própria aldeia, talvez pudesse vir dos arredores, nomeadamente de um sítio denominado «Salavessinha» onde a tradição situa a antiga Salavessa, mas onde os vestígios arqueológicos não são ainda suficientemente expressivos para determinar a localização de uma estação lusitano-romana. Este achado deve ser ainda relacionado com a descoberta de três aras romanas, duas das

mais de reserva se admitissemos a possibilidade de ler AV que originaria o epíteto TAVNGO atribuído a Quangeio. Pensamos, contudo, que ela não é viável se entendermos à semelhança deste nexo com os nexos AN das duas linhas anteriores, e, sobretudo, se tivermos em conta que *Tanngō* se relacionará com o nome muito conhecido *Tanginus* e sobretudo com o epíteto da *Arantio Tanginiciæco* (10) encontrado no Rosmaninhal, a cerca de 8 quilómetros a noroeste do Tejo e a perto de 45 de Salavessa. A obstar a esta leitura poderia colocar-se a questão do desdobramento do N, mas ela não nos parece pertinente, pois surge outros teónimos de que pode servir de exemplo o caso de *Trebaronka* (11). Por outro lado, admitimos que este epíteto tenha alguma relação com o nome *Tangoe Nabiego* que se lê em Braga (12). Tal como na onomástica surge *Tongius* e *Tanginus*, pode-se admitir que tivesse havido aqui qualquer afinidade de que não conseguimos tirar ilações (13).

Manuel Palomar Lapesa (14) escreveu a propósito de *Tanginus* que o «seu radical é interpretado por Holder como correspondente ao do suposto tema Tanco. A raiz originária é Tenk — unir-se (...). Na sequência deste autor Maria de Lourdes Albertos (15) mostra o seu acordo com esta explicação a partir do indo-europeu. Apesar destas observações pensamos que o tema poderá vir a beneficiar de uma melhor clarificação no futuro.

Retomando o comentário à linha 3 devemos ainda salientar o claro remate do G à semelhança do G da linha 4 e finalmente o ligeiro prolongamento do traço superior do E para a esquerda, que no entanto não se pode tomar como um nexo.

Esta inscrição vem contribuir de uma forma notável para o melhor conhecimento dos substratos indígenas que foram romanizados e que viviam no inicio do império na região imediatamente a sul do Tejo. As semelhanças das informações ai recolhidas com os dados provenientes da Beira Baixa e da província de Cáceres são flagrantes.

Ara de Bemposta

Ao conjunto dos três testemunhos atrás estudados, pensamos que se poderá juntar um outro encontrado na Bemposta, concelho de Penamacor (16). Trata-se da parte superior de uma ara em granito de grão grosso com $42,5 \times 30 \times 16$. A parte inferior da inscrição perdeu-se e os lados direito e esquerdo estão bastante afectados, factos que nos levam a apontar uma certa reserva na sua inclusão neste grupo. Apesar de tudo e devido à argumentação que adiantamos deverá haver um mínimo de confiança na hipótese que sugerimos. A leitura que foi apresentada para o que resta da inscrição foi a seguinte:

CARPA // TONG[I] F[ilia] / [...] VAN [...] O [...]

Tendo observado a ara em 2 de Outubro de 1984 pude constatar a extrema delicade-



ra em interpretar correctamente o texto. Quanto à primeira linha temos dificuldades em apontar outra leitura diferente da que foi proposta, ainda que ela seja susceptível de alguma dúvida. A linha 2 parece-nos bem reconstituída, isto é [T]ONG[I F(ilia)].

É no entanto nas linhas 3 e 4 que é mais difícil de reconstituir o nome da divindade a cujo culto a ara foi consagrada. Apesar de tudo a nossa análise permitiu-nos vislumbrar alí a hipótese de ler [Q]VAN[GE] / [T]O. // tendo em conta os espaços das linhas anteriores e que na linha 3 falta o espaço para uma letra inicial que antecedia as letras VAN. Depois destas há espaço para mais duas letras. Na linha 4 falta uma letra que antecedia o O depois do qual há um *punctum*.

O texto que propomos restituir será pois: CARPA / [T]ONG[I F(ilia)] / [Q]VAN[GE] // [T]O.

Julgamos tanto mais verosímil a nossa reconstituição destes frágeis vestígios quanto verificámos a impossibilidade de ajustamento das lacunas existentes com letras de outros teónimos romanos e indígenas, com destaque para a divindade *BANDI ISI-BRAEGUI* (17) que apareceu na mesma região.

Os dedicantes

Analisando a onomástica dos dedicantes e dos seus pais verifica-se que praticamente toda ela é indígena quer seja típica só da Lusitânia como *Turei*, *Lanci* e *Totgi* ou também do Noroeste como *Meidueni* e *Caturo* ou ainda muito rara como é o caso de *Mearus* e *Carpa*. No entanto pensamos que este grupo de nomes merece uma atenção um pouco maior, no sentido de poder relacionar a área de dispersão da onomástica com o teónimo e dai verificar a sua homogeneidade.

Insc. 1: *Mearus* é um nome que, se está bem lido, apenas aparecerá numa inscrição funerária em Friões (Chaves) (18) num filho de *Cantari*.

Insc. 1: *Meidueni* está assinalado em Idanha-a-Velha (19), Orense (20) sob a forma *Meiduena*, em Abertura (Trujillo) (21) sob a forma *Meiduensius*. Maria de Lourdes Albertos (22) considera este nome uma das variantes de *Medugenus*, conhecido noutras zonas da Península.

Insc. 2: *Caturo* é um nome referenciado muitas vezes não só na Lusitânia mas também no noroeste da Península (23).

Insc. 2: *Turei* apenas surge com esta forma na Lusitânia central tal como *Lanci*. Até agora apareceu em: duas aras de Brozas consagradas a *Iovi Solutorio* (24) em Baraçal (Sabugal) (25); Cória (26), Castro de Três Rios (Viseu) (27); Nuñomar (Cáceres) (28); São Martinho (Castelo Branco) e em local não identificado da Beira Baixa (29). Segundo Lafesa (30) poderia ser um nome derivado de *Turaius*, havendo outras formas semelhantes.

Insc. 3: *Lupus* é frequente na onomástica latina da Lusitânia devendo cobrir seg-



mente um nome indígena (31).

Insc. 3: *Lanci* é um nome lusitano que apenas aparece em mais quatro inscrições encontradas em: Mérida (32), Plasenzuela (33), Puerto de S. Cruz (34), Lousa (Castelo Branco) (35), Madronera (36). Ele talvez se relacione com os *Lancienses* que viviam a Norte dos *Igaeditanos* (37).

Insc. 4: *Carpa* é a primeira vez que aparece. Se for este o nome efectivamente gravado na inscrição talvez possa estar relacionado com o étnico *Carpetani* e com o nome *Carpeti* aparecido em Quintanilla de las Viñas (38).

Insc. 4: *Tongi* é um dos nomes mais típicos dos lusitanos (39).

Sobre o culto de Júpiter

O culto de Júpiter esteve muito divulgado nos territórios da Beira Baixa, do norte-alentejano e da província de Cáceres, aproximando-se da centena os testemunhos a ele consagrados, na sua grande maioria por indígenas que mantinham a sua oromástica tradicional. Em muitos casos tal adoração expressava-se pela tradicional fórmula *I(ovi) O(ptimo) M(aximo)*, noutras apenas por *Iovi* apresentando-se ainda exemplos de formas mais insolitas como *Iovi Supremo Sumo* em Orjais (Covilhã) (40) ou *Iovi Optuino Maximo Augusto* em Caparra (41). Há no entanto três epítetos que assumem um carácter bastante original: *Repulsori*, *Conservatori* e *Solutorio*.

Iovi Repulsori

Este epíteto de Júpiter apenas está atestado na Península Ibérica num reduzido número de casos (42). Duas aras foram encontradas no sítio da fonte da Feia herdade de Pêro Galego a cerca de 4,5 quilómetros para sueste de Salavessa, concelho de Nisa em que os dedicantes são *Celtius Tongi filius* e *Tanginus Docquiri filius*; outra apareceu em Valência de Alcântara gravada em três lados de uma ara onde não se con-

servou o nome do dedicante; uma quarta foi localizada em Mata de Alcântara com a variante *Iovi Repultsorio*, mandada fazer por *Coutius (?) Alboni filius*; finalmente há a assinalar uma inscrição de fora desta região, aparecida em Dume (Braga), onde falta a primeira letra do epíteto que durante muito tempo foi lido como [D]EPULSORI mas que deverá ser antes restituído como [R]EPULSORI. Há ainda mais duas aras que parece não conterem o teónimo e que poderão ter sido consagradas a Quangeio ou a *Iovi Repulsori* pois uma aí apareceu na fonte da Feia e a outra na Tapada de Paianas a cerca de 6 quilómetros para sul do sítio anterior.

Ao termos presente estas inscrições encontradas numa área restrita de um lado e do outro da fronteira luso-espanhola somos levados a pensar que se terá verificado «A assimilação de *Repulsor* a uma divindade indígena pré-existente» (43), que nós avançamos poder tratar-se do importante deus lusitano Quangeio adorado na região. Obviamente haverá que manter uma certa reserva enquanto não aparecerem novos testemunhos, no entanto pensamos que a convergência dos dados assinalados parece spontânea para a grande verosimilhança desta hipótese.

Iovi Conservatori

Ao termos em conta este epíteto de Júpiter há que reconhecer ser o âmbito da distribuição dos seus testemunhos maior que o de *Iovi Repulsori*, talvez porque a palavra *Conservatori* fosse mais vulgar. Na verdade ele apareceu em Morella, Lugo, Sevilha, Santarém del Burgo (Sória) (44) e talvez numa árula de Carviçais (Moncorvo) (45). Na Lusitânia, contudo, só conhecemos quatro inscrições consagradas a *Iovi Conservatori* que apareceram na região onde se encontraram as inscrições a Quangeio da Senhora do Bom Sucesso e da Bemposta. Duas das aras apareceram em Penamacor (46) e outras duas em Escalos de Cima, concelho de Castelo Branco (47). A concentração geográfica destes dados leva-nos a pensar seriamente

na hipótese de que também as aras a *Iovi Conservatori* poderão estar relacionadas com uma *interpretatio lusitana* do deus *Quangeio* (ou outro deus), enquanto que os indígenas do sul do Tejo teriam optado pela denominação de *Repulso*. Ambas as expressões não seriam incompatíveis para os amplos poderes benéficos e protectores que se esperariam daquele deus.

Iovi Solutorio

A problemática relativa ao epíteto *Solutorio*, que é o mais frequente dos epítetos atribuídos a Júpiter no *conventus meritenses* e regiões vizinhas, já foi tratada por vários autores, sendo de destacar as conclusões de Scarlat Lambrino (48). Elas apontam para o sincretismo que se teria verificado na parte oriental da Lusitânia entre o culto do deus *Ezeaco* e o de *Jupiter Solutorio*. Não iremos aqui voltar a abordar tal sincretismo, não só porque ele se afasta um pouco da área em que se centra a nossa atenção mas também porque em grande parte tem assentado numa inscrição perdida, cuja interpretação nos parece mais incerta do que o que têm dado a entender alguns estudiosos (49).

Cultos a Júpiter de origem indígena

Para lá dos casos anteriormente referidos, em que um epíteto latino disfarça ideias locais ancestrais, há evidências de associações de nomes indígenas a Júpiter, sobretudo no Noroeste da Península. Estão neste caso os epítetos de: *Ladico* (50) que teria aparecido em Codos de Larouco (Orense); *Anderoni* (51) em lugar incerto da Galiza; *Assaeaco* (52) em Poço de Cortes, Lisboa; *Candamio* (53) Puerto de Candanedo (Asturias); *Candiedoni* (54) em lugar incerto da Galiza. Haverá outros epítetos mas parecem-nos pouco seguros (55).

Há outras circunstâncias em que possivelmente Júpiter também devia cobrir anti-

gos deuses indígenas. Será o que aconteceu quando foi adorado por comunidades do Noroeste e da Lusitânia como as dos: *Vicanis tongobrigensis* (56), *Civitatis Banien-sium* (57), *Vicanis Atucausenses* (58), *Vicanis Comalocenses* (59) e *Vicanis Vagornicenses* (60).

Além de todos os casos anteriormente referenciados há um que atinge um mais elevado grau de interesse para a aproximação em que tentamos identificar *Quangeio* com *Jupiter*. Trata-se do claro sincretismo estabelecido entre o deus *Larauco* e *Jupiter* testemunhado em Portela, Vilar de Perdizes (Barroso).

Desde 1910 que se conhecia uma ara consagrada a *Larauco* encontrada em Curral de Vacas (Chaves) (61), que foi muito logicamente relacionada com o culto da montanha que se chama Larouco. Sessenta anos depois descobriram-se no referido sítio da Portela duas aras juntas, uma dedicada a *Larauco D(eo) Max(imo) Pedroni?*) e outra a *Iovi O(pímo) Max(imo)* (62). Esta associação em duas peças distintas mas localizadas num mesmo local de culto evidencia com toda a clareza como Júpiter corresponde à *interpretatio* indígena do culto da montanha. Ora se não se tivessem encontrado juntas estas aras estariam em dificuldades idênticas às que enfrentamos no caso da identificação entre *Quangeio* e *Jupiter*, que admitimos. Uma atenta reflexão sobre a distribuição geográfica dos testemunhos pode-nos levar a vislumbrar com uma segurança relativa hipóteses que de outro modo seriam difíceis de estabelecer.

Um outro caso idêntico ao que aqui estudamos é o que se verifica entre a deusa lusitana *Trebaruna* e *Victoria* que estudamos noutro local (63). Também aqui apareceram duas aras num mesmo lugar indeterminado da região do Fundão, uma consagrada a *Trebaruna* e outra a *Victoria* por um mesmo indivíduo mas em épocas diferentes.

Quando verificamos o sincretismo que se estabeleceu entre *Ataecina* e *Proserpina* basamo-nos no texto de uma inscrição (64) que as associa, ora se ele não fosse conhecido poderíamos chegar a conclusões idênticas relacionando metodicamente a in-

dade dos cultos a essas duas deusas numa região restrita do Sudeste da Lusitânia e do Ocidente da Bética.

Hipótese de sincretismo

Em 1913 o mestre dos estudos lusitanos-romanos que foi José Leite de Vasconcelos escrevia (65): «No meu entender, nem em todas as inscrições consagradas a Júpiter se adoraria pura e simplesmente a luminosa deidade do Capitólio; em algumas delas é muito provável que o formulário romano encobrisse uma devoção pré-romana, e que se à boca dos dedicantes acudia uma palavra latina, lhes estava porém na alma uma crença avita, muito diferente da dos conquistadores.» Para apoiar esta tese apontou os epítetos de *Andero*, *Candiego* e *Ladivus* e a possibilidade de que «Júpiter, em virtude do seu carácter universal, assimilava facilmente outras divindades».

As perspectivas e hipóteses que apresentámos procuram inserir-se nesta problemática do sincretismo que tem merecido vários estudos nos últimos anos (66).

Faltando em muitos casos evidências que só muito difícilmente se poderão encontrar, temos de aguçar a capacidade explicativa das realidades históricas da Antiguidade tendo como base de trabalho um método dedutivo e comparativo apoiado na geografia e na filologia. As hipóteses interpretativas que forem sendo lançadas, mesmo que provisoriamente, irão permitir progressos constantes.

Os resultados positivos que se pretendem obter sobre o conhecimento das nossas raízes históricas obtêm-se por conquistas parciais e etapas que devem ao recôndito tempo em que mergulham, surgem-nos por vezes frágeis. Na verdade a lenta penetração nos domínios da mentalidade dos lusitanos, e outros povos vizinhos, romanizados é uma tarefa tão difícil e delicada como aliciante.

Notas

(1) Não podendo actualmente aprofundar este assunto tivemos de nos basear na consulta de um número limitado de obras que destacamos as seguintes:

Maria de Lourdes Albertos, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética* (=O. Hisp.), Salamanca, 1966; idem, «Nuevos antropónimos hispanicos», *Emerita*, XXXII, 1964, pp. 209-232, XXXIII, 1965, pp. 109-143 (=N. A. H. II); Ricardo Hurtado de San António, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas — Cáceres* (=C. P. I. L. Cáceres), Cáceres, 1977; José María Blázquez, *Religiones Primitivas de Hispania*, Madrid, 1962; idem *Diccionario de las Religiones Preromanas de Hispania* (=Dic.), Madrid, 1975; José d'Encarnação, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975; Emilio Häberer, *Corpus Inscriptionum Latinarum* (=CIL II), vol. II, Berlim, 1869. *Supplementum ad volumen II*, Berlim, 1892; Manuel Palomar Lapesa, *La Onomástica Personal Pre-latina de la Antigua Lusitania* (=O. Luz.), Salamanca,



Ara encontrada na Bemposta, que pode ter sido dedicada ao deus Quangeio

1957; Jürgen Untermann, *Elementos de um Atlas Antropônomico da Hispania Antiga*, (=Atlas), Madrid, 1963; José Leite de Vasconcelos, *Religiosas da Lusitânia* (=Rel. Lus.) vols. II e III, Lisboa, 1905-1913; José Vives, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (=ILER), Barcelona, 1971-1972 e sobretudo a consulta da obra antiga mas ainda fundamental de A. Holder, *Alcánterischer Sprachschatz*, Leipzig, 1907-1925.

(2) A. Sanchez Paredes, «Fichas epigráficas. 16 inscrições latinas inéditas de la Vettonia», in *Etnodura*, no dia 30 de Janeiro de 1964.

(3) As medidas são sempre dadas em centímetros e na descrição das aras na sequência: altura x largura x espessura.

(4) ILER 802.

(5) C. P. I. L. Cáceres, n.º 763, pp. 313-314.

(6) *Die*, p. 90. Este autor chegou mesmo a propor uma explicação etimológica para tal nome.

(7) Na lista de «Teónimos hispanos» inseriu como apêndice no livro de J. M. Blázquez, *Religiones Pre-romanas*, Madrid, 1983, p. 481. *Duangeio*, que foi proposto na leitura da inscrição seguinte, também foi registado por esta autora na p. 487.

(8) Fernando Patrício Curado, «Ara à *Duangeius*, de Penamacor», *Ficheiro Epigráfico*, 7, 1984, n.º 26, pp. 3-5.

(9) Os dois descobridores publicaram no jornal *A Reconquista* de 9-11-1981, pp. 7 e 10 uma notícia da descoberta da inscrição, apresentando a leitura que eu tive ocasião de propor após o estudo que realizei no local em 1979 na companhia de João Caninas. Foi então preparado um artigo estudando a arca, o qual acabou por não se poder publicar. Ao retomar agora o assunto e tendo em conta as observações que fiz anteriormente sponso os dados então recolhidos. Assinalo ainda o facto da notícia acima referida ter sido registada na p. 219 do vol. XXII, de 1983 da revista *Coimbriga*.

(10) José Manuel Garcia, *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Teixeira Proença Júnior* (=Epigrafia), Castelo Branco, 1984, n.º 2, pp. 47-48 (=ILER 724).

(11) Idem, ibidem, n.º 14-15, pp. 71-74.

(12) CIL II 2410 = ILER 938 e sobretudo Rel. Lus. II, pp. 239-265.

(13) Ainda admitimos que pudesse haver qualquer relação com o próximo rio *Tagus*, mas tal atitude não se nos afigurou muito plausível.

(14) O. Lus. p. 102.

(15) O. Hisp. p. 220.

(16) Manuel Leitão e Luís Barata, «Inscrições romanas da Beira Alta-Penamacor (Beira Baixa)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, XXIII, 1980, p. 633.

(17) Idem, ibidem, pp. 627-631.

(18) CIL II 2497 = ILER 3626; O. Hisp. p. 152. Note-se contudo que o E de MEARUS é uma restituição pois no manuscrito original estava MFARUS.

(19) ILER 2403.

(20) O. Hisp. p. 15.

(21) ILER 6358; O. Lus. p. 88, corrigido em O. Hisp. p. 154.

(22) O. Hisp. p. 153 e N. A. H. I, p. 113. O nome testemunhado na Lusitânia deve também ser relacionado com os Meidubrigenses, talvez na região de Meda, citados na inscrição da Ponte de Alcántara (CIL II 760 = ILER 2066) e por Plínio (N. H. IV, 118). Em Lamego apareceu uma *Bousis Meid* (CIL II 5250 = ILER 3759).

Segundo Albertos o primeiro elemento *Medu* — parece estar baseado num indo-europeu *medbu* *mel, *Hidromel*. Veja-se ainda *Atlas*, mapa 35.

(23) O. Lus. pp. 61-62; O. Hisp. pp. 81-82; N. A. H. I, p. 238; N. A. H. II p. 26-27; *Atlas* mapa 33. Na província de Cáceres está atestado 12 vezes (Cf. C. P. I. L. Cáceres, p. 365).

(24) CIL II 744 = ILER 109 e CIL II 745 = ILER 114.

(25) Fernando Patrício Curado, «Epigrafia da Beira Alta», *Coimbriga*, XVIII, 1979, pp. 141-142.

(26) CIL II 788 = ILER 2136 (que deve ser a mesma de ILER 712).

(27) ILER 783.

(28) Miguel Beltrán Lloris, «Aportaciones a la Epigrafía y Arqueología romana de Cáceres», *Cáceres Antigua*, 39-40, 1975-1976, inscrição n.º 1, pp. 20-24.

(29) *Epigrafia*, respectivamente n.º 19 e 37, pp. 81 e 121.

(30) *O. Lus.* p. 108. Veja-se ainda *Atlas mapa 78*.

(31) Este nome foi estudado por Maria Manuela Alves Dias, «A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja», *Conimbriga*, XVIII, 1979, pp. 203-226.

(32) *CIL II 573 = ILER 4244*.

(33) *ILER 112*.

(34) *C. P. I. L. Cáceres*, n.º 407.

(35) *Epigrafia*, n.º 33, pp. 113-114.

(36) Miguel Beltrán Llavis, *art. cit.*, n.º 46, pp. 66-67.

(37) Vejam-se os «termos» de Salvador (*CIL II 460*) e de Pero Viseu cf. J. Alarcão e R. Etienne, «Le Portugal à l'époque Augustéenne» in *Symposium de Ciudades Augusteas*, vol. I, Saragoça, 1976, pp. 179-176. Sobre Lanchas veja-se ainda *O. Lus.* p. 76 e *O. Hisp.* p. 128.

(38) *O. Hisp.* p. 79; *N. A. H.* I, p. 237.

(39) Sobre este nome veja-se nomeadamente *Atlas mapa 75* e observações de José d'Encarnação no artigo «Epigrafia romana do Nordeste alentejano — Nisa, Torre de Palma e Silveiros», *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 62-63. Na província de Cáceres apareceu 12 vezes (*C. P. I. L. Cáceres*, p. 372).

(40) José d'Encarnação e Francisco Geraldes, «Júpiter Supremo Sumo — uma inscrição inédita de Olaria (Covilhã)», *Conimbriga*, XXI, 1982, pp. 135-142.

(41) *ILER II*.

(42) Os dados reunidos neste parágrafo baseiam-se no estudo de José d'Encarnação citado na nota (38), pp. 59-67.

(43) Esta foi uma das hipóteses já colocadas com toda a pertinência por José d'Encarnação no *art. cit.*, p. 64.

(44) Respectivamente *CIL II 4052 = ILER 96*; *ILER 97*; *CIL II 1164 = ILER 98*; Alfredo Jimeno, *Epigrafia Romana de la Provincia de Soria*, Soria, 1980, n.º 29, pp. 45-46. A estes testemunhos talvez se possa juntar, segundo Vives, uma inscrição de Alor: *CIL II 5486 = ILER 99*.

(45) Tal é a interpretação de José Leite de Vasconcelos para o C que se lê na linha 1 da inscrição = *I. O. MC*, cf. J. A. Tavares «Inscrição romana inédita», in *O Arqueólogo Português*, VIII, 1903, pp. 156-157.

(46) Ambas foram publicadas por Maria de Lourdes Albertos e Mário Pires Bento, «Testemunhos da ocupação romana da região de Melmos — Beira Baixa» in *Actas del XIV Congresso Nacional de Arqueología*, Vitoria, 1975, p. 1203. Na era maior a dedicante é *[Lucius] Attius Rufus* e na outra não se conservou.

(47) Respectivamente *ILER 51* e *100*. A primeira foi ainda publicada em *Rel. Lus.* III, p. 225 e *Epigrafia* n.º 8, pp. 59, a dedicante era *Iulus Rufus*. A segunda foi revista por Scarlat Lambrino em «Notes d'Epigraphie Lusitanienne», *Revista da Faculdade de Letras*, de Lisboa, 3.ª série, n.º 3, 1959, pp. 1079 (da separata), a dedicante neste caso era *Reburrus Malgeini (filius)*.

(48) «Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan

et Hadrien», in *Les Empereurs Romains d'Espagne*, Paris, 1963, p. 233. Mais recentemente o tema voltou a ser estudado por José Martin, José Rodrigues, José Abal em «Un sincrétisme religieux en la Península Ibérica: Jupiter Solitorio Eaequo», *Nordia*, IV, Cáceres, 1983, pp. 243-261.

(49) Trata-se do texto incluído na *CIL II 742 = ILER 68 = C. P. I. L. Cáceres*, n.º 81 pp. 78-79. Segundo Hubner a linha 1 seria *VIII VITO AE CO* que Mommsen restituíu, não sabemos com que fundamento. *JOVI SOLUTORAEACO*. Alguns autores como J. M. Blázquez (*Cl. Religiones Primitivas da Hispania*, Madrid, 1962, pp. 110-112 e *Dic.* p. 79 e p. 168) baseando-se em F. Fita, J. Martínez Santa-Otalla e L. Fernández Fuster referem que tal inscrição devia se situar não na região de Brotas mas sim na longínqua Poza de la Sal (Burgos). Maria de Lourdes Albertos, que estudou a epigrafia desta região, afirmou, contudo, que tal «deus nunca existiu em Burgos» (cf. nota 37 da p. 374 do livro de José María Blázquez, *Imagen y Mito*, Madrid, 1977).

(50) *CIL II 2525 = ILER 671*. Esta inscrição deve corresponder a ara assinalada em Puebla de Trives (Orense) que apresenta uma leitura semelhante àquela (cf. José Manuel Caamaño Gesta, «Acariciones en torno a una inscripción a Jupiter Ladico» *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 39-44).

(51) *CIL II 2598 = ILER 664*.

(52) *ILER 665*.

(53) *CIL II 2695 = ILER 666*.

(54) *CIL II 2599 = ILER 667*.

(55) Estão neste caso os apontados por Vives: *Setienni* (*CIL II 2851 = ILER 672*) e *leccco* (*ILER 669*). J. M. Blázquez sugere ainda *Tetall...* (*Dic.* p. 173) e *Jupiter Canisbrorum*, (*Dic.* p. 110).

(56) *CIL II 743 = ILER 670* em Brotas.

(57) *CIL II 2399 = ILER 47-8* em S. Mamede (Moncorvo).

(58) *CIL II 6287 = ILER 85* em Amarante.

(59) *CIL II 170 = ILER 90* no Crato.

(60) C. A. Ferreira de Almeida, «Nova e importante ara a Júpiter (Fides, Valpaços)», *Arqueología*, 5, 1982, pp. 69-70. A esta lista talvez se possam juntar os *Montani* de Monsantos (*CIL II 459 = ILER 87*).

(61) *Rel. Lus.* III, p. 613 = *ILER 862*.

(62) António Rodrigues Calmenero e António Lourenço Fontes «El culto a los montes entre los Galaico-Romances», in *Actas del Seminário de Arqueología do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, 1980, pp. 21-35.

(63) «O culto de Trebarona e de Victoria na Lusitânia» (em preparação).

(64) *CIL II 462 = ILER 736*.

(65) *Rel. Lus.* III, p. 228.

(66) Entre eles são de destacar os de Scarlat Lambrino «Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien», loc. cit.; J. M. Blázquez, «Las religiones indígenas del noroeste de la Península Ibérica en relación con Roma», recolhido em *Imagen y Mito*, Madrid, 1977, pp. 369-384 e Robert Etienne, «Les syncrétismes religieux dans la Péninsule Ibérique à l'époque impériale», in *Les Syncrétismes dans les Religions Grecque et Romaine*, Paris, 1973, pp. 153-163.